



ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS
DO MARANHÃO

INFORMATIVO dia-a-dia

ano 6 • nº 49 • janeiro de 2012



AMMA premia melhores práticas de 2011

Festa de confraternização realizada nos salões do Hotel Pestana marcou a divulgação dos nomes dos vencedores do Prêmio AMMA 2011, com a entrega das respectivas premiações. Em primeiro lugar, ficou o juiz Carlos Veloso, em segundo, Francisco Soares Reis Junior e, em terceiro, a juíza Samira Barros Heluy. **Páginas 4 e 5**

Vitória da AMMA
contra a PEC da
Aposentadoria
Página 3

Intensificada a
luta por melhoria do
sistema carcerário
Páginas 6 e 7

Sede social oferece
mais atrativos aos
associados em 2012
Página 8

Ainda sobre uma lei chamada Fleury

Li, recentemente, publicado em um jornal de grande circulação de nossa capital, um artigo da lavra do eminente Senador José Sarney, digníssimo Presidente do Senado Federal, intitulado “uma lei chamada Fleury”, onde teceu comentários sobre o aumento da quantidade de homicídios, e, por conseguinte, da criminalidade em nosso País.

Com todo respeito, entre os equívocos cometidos pelo nobre Senador, uns de menor importância, como a data da entrada em vigor da “Lei Fleury”, que, na verdade, é de 22 de novembro de 1973, e não “editada no fim dos anos 1970...”, merece relevo a assertiva de que “a publicação da mesma foi um equívoco, pois a partir desta houve um aumento na quantidade de homicídios em nosso País, uma vez que permitiu que os acusados de crimes de homicídios pudessem se defender soltos”, e, indo além, afirmou que “veio a Constituição de 88 e manteve esse brutal dispositivo”, fazendo, destarte, apologia à prisão cautelar obrigatória.

Assertivas como estas, já ouvi em várias oportunidades, e sempre dei de ombros. Contudo, desta feita não devo, não posso e não quero me omitir, pois feita por um Senador da República, Presidente do Senado Federal, homem de cultura e erudição reconhecidas, escritor, portanto, formador de opinião, que, com absoluta certeza, se não houver divergência, servirá para potencializar a máxima já velha e surrada cantilena que “a polícia prende e a justiça solta.”.

Sem poder me aprofundar, em razão do curto espaço, preciso, para uma melhor compreensão do leitor, voltar um pouco no tempo para mostrar o contexto histórico da época da publicação da “Lei Fleury”, e o que a mesma veio a significar no sistema de prisão cautelar no Brasil, entendendo-se esta como toda prisão antes de uma sentença condenatória devidamente transitada em julgado.

Antes da “Lei Fleury”, mais precisamente em 1941, foi editado o nosso Código de Processo Penal, de cunho eminentemente autoritário, pois com base na legislação processual penal italiana, do auge do fascismo, que trazia em seu bojo, em um dispositivo, a famigerada prisão obrigatória, ou seja, determinava que os acusados de crimes cuja pena máxima aplicada abstratamente superior a 10 (dez) anos devesse permanecer preso, em caso de flagrante, ou decretada a prisão preventiva, e, desse modo, aguardar o transcurso da ação penal até o julgamento - norma que, pelo que pude entender com a leitura do artigo, defendida pelo nobre Senador.

Contudo, foi com a “Lei Fleury”, a despeito de ser editada para beneficiar o Delegado Fleury, que a famigerada prisão cautelar obrigatória começou a ser ferida de morte, pois permitiu que os acusados primários, de bons antecedentes, com endereço certo e profissão definida pudessem aguardar o julgamento em liberdade, desde que ausentes os requisitos para a decretação da prisão cautelar. Portanto, inegavelmente mais justa, pois separava o joio do trigo.

Posteriormente, já em 24 de maio de 1977, foi editada a Lei 6.416/77, que trouxe profundas alterações ao Código Penal e de Processo Penal, que, inclusive, introduziu um parágrafo único ao art. 310, determinando que o juiz, ao receber o auto de prisão em flagrante deveria verificar se estavam presentes os motivos autorizadores para o decreto de prisão preventiva, decretando-a, ou se ausentes, concedesse liberdade provisória ao indiciado, sendo, por conseguinte, a pá de cal que sepultou de vez a prisão cautelar obrigatória.

Equívocou-se, com a devida vênia, novamente o nobre Senador quando afirmou “que a Constituição de 88 manteve esse brutal dispositivo”. Equívoco não de natureza formal, mas sim material, pois, efetivamente, a vedação da prisão cautelar obrigatória não somente ficou expressamente estabelecida na nossa Carta Magna, como também os princípios da presunção de inocência (art. 5º, inciso LVII - “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”) e do devido processo legal (art. 5º, inciso LIV, - “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”), inegável avanço - daí o equívoco de natureza material do Senador - que sedimentou que a prisão cautelar, a partir

de então, somente poderia ser decretada ou mantida quando houvesse a urgência e necessidade.

É importante que se ressalte que prisão cautelar não diminui a criminalidade, pois se a premissa fosse verdadeira, teríamos índice de violência menor que dos países desenvolvidos como Dinamarca e Suíça, por exemplo, pois nenhum destes, na última década, decretou mais prisão cautelar que o Brasil, que, segundo dados do CNJ, disponível na Justiça em números, houve um aumento de 1253%, beirando a casa de 500 mil encarcerados, sendo que mais de 40% de caráter provisório.

Não vou ceder à sedução, que muitos se têm deixado arrastar e falar da crítica da discriminação social da repressão penal, o que levou recentemente a Ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça e Corregedora do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, ao ser entrevistada no Programa “Roda Viva”, indagar: “O senhor conhece algum colarinho branco preso?” Ou, ainda, reforçar o coro de vários críticos que afirmam que atualmente “o direito penal existe para prender os pobres para os ricos viverem melhor”.

Prefero, no entanto, enfatizar que o que diminui a criminalidade, e, por via de consequência, a de homicídios, são políticas públicas de geração de emprego, melhor e mais justa distribuição de renda, combates incessantes da impunidade e da corrupção nos três poderes da república, bem como ao desvio de recursos por parte de gestores públicos, que os retira da educação, da saúde e do lazer, do combate ao nepotismo e ausência de concurso para o preenchimento de cargos públicos, privilegiando famílias tradicionais de nosso Estado e País e relegando a último plano inúmeros jovens recém-saídos da escola, que, sem nenhuma alternativa, procuram o caminho do vício, porta aberta para a criminalidade.

Por fim, é de se lamentar quando verificamos que no mundo todo se procura alternativas para a prisão, mito que se desmorona paulatinamente com a crescente adoção das chamadas penas alternativas - inclusive no Brasil foi editada, recentemente, a Lei 12.403/2011, que determina que a prisão cautelar deva ser a ultima ratio, e que o magistrado deve procurar outras medidas cautelares diferentes da privação da liberdade, que um Senador da República venha a defender prisão cautelar obrigatória, portanto, sem a comprovação da necessidade, contrariando um dos ensinamentos do notável pensador Montesquieu: “TODO ATO DE AUTORIDADE DE UM HOMEM EM RELAÇÃO A OUTRO QUE NÃO DERIVE DA ABSOLUTA NECESSIDADE É TIRÂNICO”.

Francisco Ronaldo Maciel Oliveira
Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Capital

expediente

Jornal Dia-a-Dia é o informativo mensal da Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA. Rua do Egito, 351 - Centro - CEP: 65010-190.
Fones: (98) 3221-4414 / 3232-1947 / 3231-8073
E-mails: amma@amma.com.br • ammainprensa@gmail.com

Diretoria Executiva

Presidente - José Brígido da Silva Lages
1º Vice-Presidente - José de Ribamar Castro
2º Vice-Presidente - Marcos Antonio Oliveira
3º Vice-Presidente - Roberto Abreu Soares
Secretário Geral - Lícia Cristina Ferraz Ribeiro
Secretário Adjunto - Larissa Rodrigues Tupinambá Castro
Tesoureiro Geral - Alexandre Lopes De Abreu
Tesoureiro Adjunto - José dos Santos Costa

Conselho Fiscal

Andréa Furtado Perlmutter Lago
Carlos Henrique Rodrigues Veloso
Paulo de Assis Ribeiro
Sidarta Gautama Farias Maranhão
Vicente Ferreira Lopes

Suplentes

Clênio Lima Corrêa
José Edilson Caridade Ribeiro
Márcia Cristina Coelho Chaves

Jornalista Responsável:

Jacqueline Barros Heluy - DRT 840 MA
Assistente: Zaira Almeida

Fotos:

Binê Moraes

Projeto Gráfico:

Ideia Propaganda & Marketing

Diretor de Arte:

Márcio Veiga

Diagramação:

Wemerson Macêdo

AMMA vitoriosa contra PEC da aposentadoria

A AMMA sagrou-se vitoriosa na sua luta contra a PEC aprovada pela Assembleia Legislativa do Maranhão, que previa o aumento do limite da aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos. O Supremo Tribunal Federal julgou procedentes as medidas cautelares nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINS) nº 4696 e 4698, impetradas pela AMB contra as PECs aprovadas tanto pelas Assembleias Legislativas do Maranhão e do Piauí.

A decisão do STF é fruto da luta iniciada pela AMMA desde o primeiro instante que PEC nº 011/2011, de

autoria do deputado estadual Carlos Milhomem, foi aprovada em primeiro turno. A Associação ingressou com representação junto à AMB, solicitando que esta arguisse a inconstitucionalidade por meio de ADIN no STF. Pleito semelhante também foi feito pela AMMA à Procuradoria Geral da República.

Em sua argumentação, José Brígido Lages explicou que a PEC aprovada pela Assembleia Legislativa do Maranhão era inconstitucional por ferir claramente o art. 40, § 1º, II da Constituição Federal, o qual determina que “o servidor será apo-

sentado, compulsoriamente, aos setenta e cinco anos, com proventos proporcionais ao tempo de serviço”.

O entendimento do STF foi em perfeita sintonia com a AMMA. O Supremo entendeu que as duas leis estaduais são inválidas, cancelando os efeitos desde a edição de ambas, porque a Constituição determina que todos os servidores públicos devem se aposentar compulsoriamente aos 70 anos de idade. Os ministros entenderam que os estados não têm competência para mudar essa norma.

“É uma inconstitucionalidade desvairada e en-

louquecida”, reclamou o ministro Carlos Ayres Britto. Gilmar Mendes, que chamou as leis estaduais de “inconstitucionalidade aritmética”, defendeu que o Judiciário crie uma forma de combater mais rapidamente leis que atentem contra a Constituição, para que elas não fiquem em vigor por tanto tempo enquanto durar a tramitação do processo.

Ao avaliar a decisão do STF, o presidente da AMMA, juiz Brígido Lages, afirmou que a Constituição foi colocada em ordem e mantido o respeito ao sistema jurídico brasileiro.

Fórum de Timon ganha galeria de ex-juízes

Com o objetivo de preservar a memória dos magistrados que fazem parte da história de Timon, o Fórum Dr. Amarantino Ribeiro Gonçalves inaugurou a galeria dos juízes que atuaram naquela comarca. A iniciativa foi do juiz associado à AMMA, Simeão Pereira e Silva, titular da 4ª Vara Cível e diretor do fórum local.

“Infelizmente, por não termos a cultura de preservar a nossa memória histórica, perdemos muitos dados de juízes que atuaram na comarca na década de 50. Mas agora estamos reunindo o maior número de informações possíveis, para expô-las aos nossos visitantes com o intuito de deixar registrado na comarca a passagem de tão importantes personalidades”, explicou o juiz Simeão Pereira, acrescentando que, além do Judiciário, a galeria contempla também membros do Ministério Público e da Advocacia.

Os nomes de 19 auto-

ridades estão em exposição no memorial, como, por exemplo, o de Jamil Gedeon - que atuou como promotor de Justiça na comarca e chegou ao cargo de desembargador pelo Quinto Constitucional, em 1997, na vaga destinada ao Ministério Público, do promotor de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho, e do advogado mais antigo no exercício da profissão na comarca, Luiz Alves de Menezes.

Também são lembrados na galeria a ex-presidente do TJMA, Etelvina Ribeiro Gonçalves - que construiu e inaugurou o fórum da comarca em 2003 - os desembargadores Jaime Ferreira de Araújo, Maria das Graças de Castro Duarte Mendes e José Bernardo Silva Rodrigues.

MAGISTRADOS

Também exerceram a judicatura em Timon os magistrados José Ribamar Goulart Heluy, José Henrique Campos, Augusto Galba Falcão Maranhão, Luís de Almeida Teles, João Nepomuceno Freitas Soares, Cléber Costa Carvalho, Wlaci-

Barbosa Magalhães, Deusimar Freitas Carvalho, Raimundo Nonato Sorocaba Martins Filho, Alice Prazeres Rodrigues, Maria do Socorro Mendes Carneiro, Vicente de Paula Gomes de Castro, Cleonice Nascimento Monteiro, Ademar de Jesus Almeida de Sousa, Andréia Furtado Perlmutter Lago, Gilberto de Moura Lima, Itaércio Paulino da Silva, Alexandra Ferraz Lopez, Ricardo Felipe Rodrigues Macieira, Marcelo José Amado Libério, entre outros.

Prestigiaram a inauguração os juízes Francisco Ferreira de Lima, Rosa Maria Duarte, Lewman de Moura, Josemilton Silva Barros (Timon), Manoel Felismino (Parnarama), Vanessa Clementino, Raimundo Bodega, a diretora geral do TJ, Alessandra Darub, o deputado Sétimo Waquim, a prefeita Socorro Waquim, o gerente regional de Saúde do Médio Parnaíba, Marco Antonio Simão, advogados, secretários municipais, ve-

Vara da Mulher é referência às vítimas de violência

Prestes a completar quatro anos de funcionamento, a Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luis apresenta avanços significativos. Atualmente, com pouco mais de 2.100 processos em tramitação, a vara, uma das pioneiras em todo o Nordeste, é referência para as mulheres que procuram ajuda.

Criada em 2006 e instalada em 2008, a Vara da Mulher de São Luis tem carro exclusivo e conta com equipe multidisciplinar com profissionais das áreas psicossocial, jurídica e de saúde. Segundo o juiz Néelson Melo de Moraes Rego, titular, o trabalho realizado na vara não visa somente à punição do eventual agressor.

Entre outros trabalhos realizados pela Vara da Mulher de São Luis estão, em destaque, o Atendimento Direto e Humanizado para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Intrafamiliar e o Programa Regular de Palestras Sobre a Violência Doméstica.

Melhores práticas de 2011 são



Magistrados e convidados acompanharam a entrega da premiação



Festa no hotel Pestana contou com a presença de associados e familiares



Juizes Agenor Gomes, Gervásio Santos, Licar, Adelvan e Antônio Luís



Márcia Chaves e Alice Prazeres conversam observadas por magistrado



Juizes vencedores do Prêmio AMMA 2011 e diretores da entidade, ao lado de toda

A festa do Prêmio AMMA 2011 repetiu o êxito dos anos anteriores, coroando de sucesso a confraternização de fim de ano dos associados. O evento marcou a premiação dos vencedores do concurso de Melhores Práticas do Judiciário. Em primeiro lugar, ficou o juiz Carlos Veloso, “Duração razoável do processo - aplicação prática do princípio constitucional”; em segundo, o juiz Francisco Soares Reis Junior, com o projeto “Gabinete Judicial Integrado: Uma necessária participação na rotina da Secretaria Judicial”; e em terceiro, a juíza Samira Heluy, com a prática “Compreender e ser compreendido: Excelência é a sociedade”.

A solenidade, realizada nos salões do Hotel Pestana, no dia 16 de dezembro, contou com a presença de desembargadores, juízes da ativa e aposentados, familiares e convidados. A Mesa Diretora do Tribunal de Justiça foi representada pelo corregedor-geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha, cuja posse também ocorreu na sexta-feira.

O presidente da AMMA, juiz Brígido Lages, abriu a festa com palavras de saudação aos associados e convidados. No discurso, Brígido fez um resgate da importância do Prêmio AMMA, instituído em 2007, na primeira gestão do juiz Gervásio Santos. Segundo ele, o Prêmio consagrou-se como uma iniciativa pioneira no Maranhão, de incentivo às boas práticas dos juízes em suas comarcas.

Brígido Lages também destacou a importância do associativismo para a concretização das conquistas que se

o premiadas em noite festiva



Os concorrentes durante a festa no hotel Pestana

fazem imprescindíveis para o exercício da Magistratura com independência. Destacou o papel do magistrado na sociedade, como agente político para a solução de conflitos e da necessidade desta atuação ser exercida com segurança, humildade e sem pressões externas para a tomada de decisões.

O presidente da Comissão Julgadora do Prêmio AMMA 2011, desembargador José Luís Almeida, também usou da palavra para destacar a importância do evento e do quanto se sentiu honrado em participar da comissão que analisou as práticas concorrentes. Disse que todos os trabalhos foram de excelente qualidade e que ele já começará a implantar, em seu gabinete, duas das práticas apresentadas que conferem celeridade aos processos.

Resultado

O ponto alto do evento foi a divulgação dos nomes dos três magistrados vencedores, que disputaram o Prêmio AMMA com mais cinco concorrentes. Todos os trabalhos foram criteriosamente analisados pela comissão, composta, ainda, pelo juiz Ronaldo Maciel e a juíza Márcia Chaves. Em seguida foi servido o jantar assinado pelo Buffet Pestana Hotel, encerrando a festa com boate animada pelo DJ João Neto.

Além dos três magistrados vencedores, concorreram ao Prêmio AMMA 2011 os juizes Davi Mourão, Rogério Pellegrini Rondon, Lúcia Quadros, Mirella César e Raquel Araújo Teles.



Brígido Lages entrega prêmio ao vencedor, juiz Carlos Veloso



O segundo colocado, Francisco Júnior, recebe premiação de José Costa



Alexandre Abreu entrega prêmio à terceira colocada, Samira Heluy



Vicente Lopes entrega placa ao juiz aposentado Francisco de Assis Sousa

Sistema carcerário continua precário

A AMMA mantém-se incansável na luta pela melhoria do sistema carcerário no Maranhão. Nos dois últimos meses, a Diretoria Executiva, em conjunto com a Diretoria de Direitos Humanos, coordenada pelo juiz Roberto de Paula, vem realizando visitas às penitenciárias e também abriu um canal de diálogo com os segmentos do Executivo, responsáveis pela administração do sistema de segurança, buscando encontrar soluções para os problemas.

Como parte das ações, foi realizada no dia 13 de dezembro visita ao município de Pinheiro, ocasião em que o presidente da AMMA, José Brígido Lages, ouviu os juízes da região e constatou a grave situação dos presos. Segundo os magistrados, uma nova rebelião pode acontecer a qualquer momento.

“A situação de toda a região é muito grave. Os nossos apenados com prisão definitiva não estão sendo encaminhados ao presídio, estão ficando em delegacias, as quais



Brígido Lages e Júlio Prazeres conversaram com presidiárias

não têm condições de abrigar os presos”, informou o representante da região de Pinheiro no Conselho de Representantes da AMMA, juiz Paulo Ribeiro, titular da Comarca de Guimarães.

“Com a interdição do presídio de São Luís por falta de investimento do setor público, torna-se difícil o deslocamento dos presos para um local mais adequado, haja vista que em muitos municípios do interior não há a estrutura necessária”, constatou o presidente da AMMA, que, além de se reunir com os juízes da

região, visitou também a 5ª Delegacia Regional de Pinheiro e o 1º Distrito, onde estão instalados presos em alas feminina e masculina.

No dia 24 de novembro de 2011, o juiz titular da 2ª Vara da Comarca de Pinheiro, Júlio César Prazeres, respondendo pela 1ª Vara, concedeu liminar interditando as celas da 5ª Delegacia Regional e do 1º Distrito de Polícia em Pinheiro, obrigando o Estado a adequar os estabelecimentos prisionais à custódia de presos, realizando reformas na estrutura física e adequações

de higiene e salubridade, além de manter em cada cela apenas a quantidade de presos compatível com aquele espaço.

“A situação aqui é caótica. Tivemos uma rebelião em fevereiro deste ano, com consequências drásticas e mortes. Tivemos ainda outra rebelião em novembro, que foi controlada a tempo. Os presos custodiados nessa delegacia estão armados, preparados para uma nova rebelião”, alertou o juiz Júlio Prazeres. Segundo o magistrado, são 36 presos provisórios e definitivos instalados em 5 celas, na delegacia regional do município.

O representante da AMMA na Regional de Pinheiro, juiz Paulo Ribeiro, esclareceu que o Poder Judiciário vem cumprindo o seu papel de seguir o trâmite processual dentro do prazo estabelecido por lei, mas, uma vez sentenciado e condenado, não há para onde encaminhar o preso. “A resposta do Estado com relação à situação do preso é que é ineficaz”, disse.

Situação caótica nos municípios da Regional

A juíza titular da Comarca de Governador Nunes Freire, Raquel Araújo Teles de Menezes, alerta que a situação dos apenados do município não é muito diferente das demais comarcas do Maranhão. “A delegacia está em condições precárias, os presos convivem em condições insalubres. Ficamos sem ter para onde mandar os presos, pois Pedrinhas não está mais recebendo e temos

que esperar abrir vagas”, explicou a juíza. Ela informou que por vezes os presos são encaminhados para Zé Doca, que é a regional vinculada. São cerca de 20 presos provisórios e definitivos, alguns sendo do município de Maracaçumé.

Já a Comarca de Maracaçumé atende processos de termos judiciais de quatro municípios. “Maracaçumé possui uma criminalidade muito grande. Cada termo tem uma distância conside-

rável da sede e existe uma grande facilidade para fugas, pois nossos apenados ficam descentralizados”, informou o juiz titular da Comarca, Paulo Roberto Teles de Menezes.

Segundo o juiz Paulo de Assis, designar delegados para os municípios da região é uma medida que pode amenizar a situação crítica dos apenados. “Não há delegado em Guimarães, em Porto Rico, não há em Cedral, não há de-

legado na grande maioria dessas cidades”, disse.

Ele defende ainda que reformas nas cadeias também poderiam melhorar a situação enquanto se constrói um presídio na região. “Se não forem feitas reformas nas delegacias, não temos mais onde colocar os presos, a responsabilidade é exclusiva do governo do estado, e se não for feito nada nos próximos dias teremos que tomar atitudes drásticas”, disse.

Problemas também em Pedrinhas

Membros da Diretoria Executiva da AMMA, juntamente com representantes do Ministério Público, Defensoria Pública e seccional da OAB-MA constataram, in loco, as condições precárias nas quais se encontram os detentos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. O objetivo da visita foi também averiguar o andamento da reforma e ampliação do presídio, cujas obras tiveram início no primeiro semestre deste ano.

“O quadro estrutural é muito grave”, disse o presidente da AMMA, José Brígido Lages. A comitiva visitou celas com presos provisórios e definitivos em precárias condições de instalação e higiene. Em uma delas, com capacidade para 25 detentos, haviam 49 presos condenados em regime semiaberto. “Embora os presos no regime semiaberto tenham possibilidade de sair para traba-

lhar, não há condições no presídio para que desenvolvam alguma atividade”, destacou.

Em outro pavilhão, conhecido como “Fundão”, 93 presos estão instalados de forma improvisada, alguns dormem no chão e reclamam não ter materiais para realizar a limpeza do local. A comitiva visitou também o refeitório, a enfermaria, o Núcleo de Advocacia Voluntária, a escola, na qual estão matriculados 86 dos 303 detentos do Presídio, entre outros espaços.

Reforma

Segundo o secretário adjunto da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), Bispo Serejo, a empresa licitada para realizar a reforma desistiu das obras, gerando atraso no serviço até que fosse contratada outra empresa para retomar o trabalho de reestruturação.

O projeto de reforma da



Magistrados também inspecionaram a Penitenciária de Pedrinhas

Penitenciária de Pedrinhas prevê ampliação do setor administrativo, do laboratório, pintura do Farol da Educação do complexo, construção de muro interno para separar as unidades, adequação da antiga cozinha, reforma na quadra banho de sol, recuperação da parte elétrica subterrânea e aérea, entre outros. Os engenheiros responsáveis pela obra, Luiz Carlos e Djalma Gomes, acompanharam a visita e informaram que a previsão é que o Complexo seja todo reformado até maio de 2012.

“A situação continua muito ruim, precisamos fiscalizar sempre”, afirmou o presidente da Associação dos Defensores Públicos, Antônio Peterson Barros.

Participaram também da visita o tesoureiro-adjunto da AMMA, José dos Santos Costa, o promotor de justiça, Willer Gomes, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA, Antônio Pedrosa, além de membros do Grupo de Monitoramento Carcerário e do Núcleo de Advocacia Voluntária.

AMMA reivindica melhorias ao Executivo

A situação dos presídios visitados pelos diretores da AMMA e as condições precárias em que essas unidades se encontram foi o assunto da pauta da reunião com o secretário da Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, e membros da Secretaria da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), no dia 1º de dezembro. Na ocasião, foi discutida a situação das reformas nas unidades prisionais do estado e as estratégias de ação conjunta para melhorias no tratamento aos presos.

“Temos tido uma boa parceria com os juizes da

Execução Penal, houve uma avanço muito grande. A presença da AMMA é estratégica como mediadora para que o trabalho da Execução Penal aconteça”, destacou o secretário adjunto de Reintegração Social, Frei Ribamar.

Segundo Frei Ribamar, a Sejap avaliará, durante um mês, a situação das reformas nas unidades prisionais, que vão desde a reconstrução física até disponibilização de equipe multidisciplinar nas unidades.

O secretário Sérgio Tamer explicou que está prevista a construção de mais 3 unidades prisionais, nos

municípios de Santa Inês, Pinheiro e Bacabal.

Presente à reunião, o presidente da Diretoria de Direitos Humanos da AMMA, juiz Roberto de Paula, defendeu a municipalização das unidades penitenciárias, como forma de garantir um tratamento adequado aos presos e a descentralização dos apenados da capital, a fim de que sejam evitadas rebeliões.

Sobre a reforma no presídio de Pedrinhas, iniciada em outubro de 2011, Frei Ribamar informou que a conclusão está prevista para março de 2012.

Assuntos Estratégicos

O secretário de Assuntos Estratégicos do Governo do Estado, senador João Alberto de Souza, também recebeu a visita dos diretores da AMMA no Palácio dos Leões, para discutir os principais entraves do sistema carcerário do Maranhão. Na oportunidade, os juizes fizeram um diagnóstico da situação crítica dos presídios do estado.

José Brígido Lages disse que o quadro crítico do sistema carcerário do estado tem sido uma grande preocupação da Associação.

AMMA na final do Prêmio AMB de Jornalismo



Pelo quinto ano consecutivo, a AMMA está entre os finalistas do Prêmio AMB de Jornalismo - Edição Paulo Bonavides, categoria Mídias das Associações Filiadas. O resultado de quem levará o troféu de primeiro lugar será divulgado no dia 7 de fevereiro, durante solenidade em Brasília.

A AMMA está na final do Prêmio AMB de Jornalismo 2011 com a reportagem “A difí-

cil missão de distribuir justiça”, publicada no Informativo Dia a Dia, edição de setembro deste ano. A matéria aborda as condições de insegurança em que juizes de várias comarcas do Maranhão trabalham, com relatos pessoais de magistrados que enfrentaram situações de perigo no exercício da jurisdição. A AMMA disputa a primeira colocação com a Associação dos Magistrados do Paraná e a Associação dos Magistrados de Alagoas.

Em 2009, a AMMA obte-

ve o primeiro lugar com a reportagem “Juizes enfrentam desafios em suas comarcas”, que abordou as práticas positivas executadas por vários magistrados. Em 2010, mais uma vez a AMMA obteve a primeira colocação no Prêmio AMB com a matéria “A Hora do recomeço”, na qual foi retratada a experiência de presos do Complexo de Pedrinhas e a reinserção no mercado de trabalho. Em 2007 e 2008, a AMMA também foi selecionada entre os finalistas.

Judiciário maranhense é destaque em conciliação

O 1º Juizado Especial Cível de São Luís foi recordista em audiências durante a Semana Nacional da Conciliação, encerrada no dia 2 de dezembro. A unidade agendou 1001 e realizou 1.129 audiências. Em todo o Maranhão, de 11.266 audiências agendadas, 10.413 foram realizadas, alcançando um índice superior a 90%. A pretensão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o movimento, é

estimular as partes ao acordo, de forma a finalizar o processo judicial.

Foram 3.175 acordos homologados. Os valores obtidos com as audiências atingiram o montante de R\$ 3.835.695,00. O número de pessoas atendidas chegou a 21.558 em todo o estado. “Foi um grande trabalho realizado pelos juizes, servidores e colaboradores. Posso afirmar que a missão foi dignamen-

te cumprida”, destacou o presidente da AMMA, juiz Brígido Lages.

No Fórum do Calhau, das 948 audiências marcadas, foram realizadas 611, chegando-se a um total de 194 acordos firmados nos cinco dias de conciliação.

A Semana Nacional de Conciliação ocorre anualmente em todos os estados. Tribunais estaduais, trabalhistas e federais selecionam

os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionar o conflito.

A medida faz parte da meta de reduzir o grande estoque de processos na justiça brasileira, com foco nas demandas de massa, ou seja, os grandes litigantes do país, entre eles bancos e empresas de telefonia. Esta será a sexta edição da Semana Nacional da Conciliação.

Sede social oferece mais atrativos aos associados



Piscinas da sede são atrativos para as crianças nos finais de semana

Os associados da AMMA iniciam o ano de 2012 com uma boa notícia: a locação da sede social do Calhau,

a mais completa e agradável área de lazer de São Luís, sofreu redução no valor, passando a ser uma

taxa simbólica de R\$ 200, em qualquer horário, seja para eventos durante o dia ou à noite. A nova taxa de locação começa a vigorar a partir de 1º de janeiro e é válida apenas para associados.

A decisão de reduzir o valor da taxa de locação da sede social para associados, foi tomada na última reunião da Diretoria Executiva do ano de 2011. O objetivo é oferecer maior número de serviços aos magistrados e pensionistas que compõem o quadro de associados da AMMA.

Para o ano de 2012, novos serviços serão oferecidos na sede social, que já mantém aulas de hidroginástica e natação. Tam-

bém já estão abertas as inscrições para os associados que queiram participar das aulas de tênis com instrutor qualificado. Para se inscrever, basta encaminhar email para o endereço ammasedesocial@gmail.com ou pelo telefone 3221-4414, contato com Francisco Canavieira, diretor administrativo da AMMA.

Na mesma reunião de diretores, foi decidido que a AMMA deverá desenvolver os projetos arquitetônicos para a construção da sede administrativa, que funcionará no mesmo espaço da sede social do Calhau, e do salão de festas, que servirá também como auditório.